

(Mais) Notícias do Superior

Argentina também "poupa" na Educação

"Neste momento temos fundos para pagar os salários até ao fim do ano, mas não existe dinheiro para abrir as portas da universidade a partir de Setembro. Não há verba para pagar a luz, a água, o aquecimento, o telefone e outros serviços.". Este é o alerta lançado pelo reitor da Universidade do Comahue, Jorge Ravassa, após o anúncio do decreto do Poder Executivo argentino, que cortou 280 milhões no orçamento educativo e 100 nas universidades públicas.

Decanos e representantes de professores, alunos, licenciados e empregados da Universidade de Buenos Aires tomaram conhecimento da decisão governamental quando, como símbolo da resistência aos cortes nos gastos da educação, efectuavam uma vigília na reitoria e em diversas faculdades.

O reitor da UBA, Oscar Shuberoff anunciou que, se tal acontecesse, a universidade teria de fechar as portas a 1 de Outubro. Ao seu protesto juntaram-se os de vários reitores de universidades públicas do interior do país, bem como os dos decanos de Psicologia, Raúl Courel, e de Ciências Económicas, Juan Carlos Chervatín.

Professores e alunos protestaram a uma só voz, de diversas maneiras, a partir de cenários improvisados: fizeram cortes que paralisaram o movimento nas ruas da cidade, convocaram a paralisação de toda a actividade académica por várias horas, efectuaram apagões. A Faculdade de Filosofia e Letras manteve o espírito académico vivo e radical na sua postura. Na sede das Ciências Sociais o protesto foi inusitado, pois o centro de estudantes trouxe para a rua vários computadores para os estudantes enviarem "e-mails" de repúdio através da Internet. Foi assim que a notícia chegou a "A Página"

Desemprego docente e Ensino Superior

Escreveu Michel Renaud em artigo publicado no 52º volume da Revista Portuguesa de Filosofia que "quando existe no país um excedente, por exemplo, de médicos, de psicólogos ou de professores de filosofia, será que o Estado tem o direito ou o dever de limitar o acesso a estes estudos? Se a formação universitária for compreendida como científica antes de mais nada, não se justificará uma restrição de acesso; mas se a formação desemboca numa saída profissional, pertence aos poderes públicos regulamentar este acesso a bem da colectividade."

Acrescentou ainda que "a universidade deve formar, ensinar, investigar, sem referência as saídas profissionais; para este efeito, ela deve alargar o leque das possibilidades de escolha de cursos, não se limitar a ser escola profissional e manter o seu ensino a um certo nível de generalidade."

Para os cursos via científica não deveriam haver entraves, porque todos os cidadãos têm o direito a obtenção de graus académicos superiores. Não existe aqui qualquer interesse ou perspectiva que não seja de índole puramente científica ou cultural. Neste caso, as nossas universidades deveriam abrir as portas a todos os interessados, sem qualquer limite.

Para os cursos via ensino, cujas saídas profissionais são maioritariamente garantidas pelo Estado, será de todo o interesse que haja um efectivo controlo nas vagas postas a concurso, uma vez que o "numerus clausus" existente se mostrou incapaz, pelo menos em alguns cursos, de resolver o problema. Salvaguardando-se uma pequena margem de tolerância que permita uma certa flexibilidade, em função das oscilações do universo discente e do número de substituições sempre difíceis de prever com exactidão, não faz sentido que se continue a formar professores em excesso, caindo-se em situações como a que se vive actualmente.

Por isso se apela ao Ministério da Educação que não coloque vagas virtuais à disposição de quem ainda acredita no sistema. Exige-se, no mínimo, que os candidatos a cursos via ensino, sejam devidamente esclarecidos das dificuldades que irão encontrar e das reais necessidades do país, para, assim, poderem acautelar o seu futuro e assumir de forma consciente a opção que vierem a tomar.

Algo terá de mudar no sistema de acesso ao ensino superior, para acabar com assimetrias como a de haver excesso de professores e falta de profissionais de saúde. Dever-se-á esta situação apenas a uma má gestão e orientação dos recursos humanos disponíveis?

"As pessoas que moram nos alunos"

As Edições ASA realizam, entre 8 e 10 de Julho, a quinta edição do Curso de Verão 99, no centro de congressos da Exponor (Matosinhos). O tema escolhido para este ano é "As pessoas que moram nos alunos; Ser jovem, hoje, na

escola portuguesa". Segundo a comissão organizadora, este título significa que "a dignidade de cada ser humano está primeiro que qualquer imposição legal estatal e à educação escolar caberá, antes de mais, respeitá-la e criar condições para que as pessoas não fiquem escondidas, em cada sala de aula, por detrás dos alunos."

Assim, esta iniciativa tem dois objectivos de visão: um olhar que requisite o contributo de quem estuda as crianças e os adolescentes para além do quadro institucional escolar, numa abordagem interdisciplinar, enriquecedora enquanto co-educadores; um olhar que atente sobre os que se dedicam, no quotidiano escolar, a construir práticas de ensino e de aprendizagem capazes de descobrir a pessoa por trás do aluno.

As conferências serão realizadas por peritos convidados, procurando colocar "algumas e importantes questões ao modelo escolar da sociedade moderna: "Os filhos dos 'media' em conflito com a escola e vice-versa (Prof. Doutor Manuel Pinto); "A escola de ontem face aos adolescentes de hoje: como poderá ser amanhã? (Prof. Doutor Daniel Sampaio); "Comportamento dos adolescentes de hoje: resultados de alguns estudos" (Prof Doutor José Machado Pais); "O modelo escolar em transformação: como irá ele ser capaz de fomentar a formação da personalidade?" (Dr. Juan Carlos Tedesco - Argentina).

As inscrições poderão ser feitas até 30 de Junho (20 mil escudos), escrevendo para Curso de Verão 99, ASA Editores II, S.A., Apartado 4623, 4004 Porto, ou ainda, pelo telefone 02-9732521. Para mais informações, o leitor interessado poderá consultar o site www.cursoverao.pt.

Luis Barbosa Tenedório
Viana do Castelo